

Coordenadores
Ricardo Mariz de Oliveira
Fernando Aurelio Zilveti
Roberto Quiroga Mosquera
Tadeu Puretz

DIREITO TRIBUTÁRIO: Estudos em Homenagem ao Professor Luís Eduardo Schoueri

por ocasião de seus 20 anos como Professor
Titular em Direito Tributário na Faculdade
de Direito da Universidade de São Paulo



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

São Paulo – 2023

© Vários autores
Todos os direitos desta edição reservados.



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Rua Padre João Manuel, 755 – 4º Andar
CEP 01411-001 – São Paulo – Fone/WhatsApp: (11) 3105-8206
e-mail: ibdt@ibdt.org.br site: www.ibdt.org.br

Diretoria

Presidente: Ricardo Mariz de Oliveira
Vice-Presidente: Luís Eduardo Schoueri
Diretor Administrativo e Financeiro: Rodrigo Maito da Silveira
Diretores Executivos: Bruno Fajersztajn, Fernando Aurelio Zilveti,
Luís Flávio Neto e Martha Toribio Leão

Conselho Deliberativo: Fabiana Carsoni Alves Fernandes da Silva, João Francisco Bianco, José Maria Arruda de Andrade, Leonardo Aguirra de Andrade, Mara Eugênia Buonanno Caramico, Michell Przepiorka Vieira, Paulo Victor Vieira da Rocha, Ricardo Maitto da Silveira, Salvador Cândido Brandão Junior e Victor Borges Polizelli

Conselho Editorial Nacional: Fernando Aurelio Zilveti (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Humberto Ávila (Universidade de São Paulo/SP e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS), João Francisco Bianco (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Luís Eduardo Schoueri (Universidade de São Paulo/SP), Paulo Celso Bergstrom Bonilha (Universidade de São Paulo/SP), Ricardo Mariz de Oliveira (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Roberto Ferraz (Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PR), Roberto Quiroga Mosquera (Universidade de São Paulo/SP) e Walter Piva Rodrigues (Universidade de São Paulo/SP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

D635 OLIVEIRA, Ricardo Mariz de; ZILVETI, Fernando Aurelio;
MOSQUERA, Roberto Quiroga; PURETZ, Tadeu

Direito Tributário: estudos em homenagem ao Professor Luis Eduardo Schoueri, por ocasião de seus 20 anos como Professor Titular em Direito Tributário na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo / Ricardo Mariz de Oliveira; Fernando Aurelio Zilveti; Roberto Quiroga Mosquera; Tadeu Poretz. – São Paulo, SP: IBDT, 2023.

616 p.; 17x24 cm.

ISBN 978-65-86252-76-7

1. Direito Tributário 2. Direito Tributário Internacional
3. Tributação 4. Norma Tributária 5. Princípios
Constitucionais 6. Brasil
I. Ricardo Mariz de Oliveira II. Fernando Aurelio Zilveti
III. Roberto Quiroga Mosquera IV. Tadeu Poretz
V. IBDT VI. Título.

DORIS 341.39

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário: Brasil
2. Direito Tributário Internacional: Brasil
3. Tributação: Brasil
4. Norma Tributária: Brasil
5. Princípios Constitucionais: Brasil

Revisão: Sabrina Dupim Moriki / *Edição:* Nelson Mitsuhashi

Sumário

Sobre os Autores.....	19
Apresentação.....	23

PARTE I LAUDATIO

Luís Eduardo Schoueri – 20 anos de titularidade	27
---	----

PARTE II CONSTITUIÇÃO E SISTEMA TRIBUTÁRIO

<i>Sin Taxes</i> e o Novo Imposto Seletivo Brasileiro: entre a Tributação do Pecado e o Pecado da Tributação.....	33
---	----

Flavio Rubinstein

Introdução	33
I. Delimitação, papel e histórico dos <i>sin taxes</i>	33
1.1. Delimitação	33
1.2. Papel.....	35
1.3. <i>Sin taxes</i> como instrumento de correção de externalidades	37
II. Evolução, <i>design</i> e implementação	39
2.1. Histórico, prática atual e tendências	39
2.2. <i>Design</i>	43
2.3. Problemas potenciais: ineficiências, distorções alocativas e regressividade.	44
2.4. Potencial arrecadatário.....	47
III. Prática brasileira	48
3.1. Evolução	48
3.2. Contornos do Imposto Seletivo na Reforma Tributária (PEC 45)	49
3.3. Análise crítica do Imposto Seletivo	51
Considerações finais	54

<i>Hiring Bonus. Stock Options. Contribuições Previdenciárias</i>	55
---	----

José Eduardo Soares de Melo

I. <i>Hiring bonus</i>	55
II. <i>Stock option</i>	58
III. Conclusões.....	62

Destinação do Produto da Arrecadação das Cides: um Desafio Jurídico a enfrentar.....	63
--	----

Marco Aurélio Greco

Introdução	63
1. Vinculação intrínseca da destinação	63
2. Validade/eficácia da lei; instituição/cobrança da contribuição	67

Doações, Heranças e o Imposto de Renda: o Acréscimo Patrimonial Gratuito na Competência da União.....	71
Mateus Calicchio Barbosa / Ricardo André Galendi Jr.	
1. Introdução.....	71
2. A pretensão da Administração.....	73
3. Acréscimos gratuitos e bitributação.....	74
3.1. O argumento de Alcides Jorge Costa e Paulo Bonilha.....	79
4. Acréscimos gratuitos e o conceito de renda.....	80
4.1. Acréscimos gratuitos e o conceito de renda tributável no Brasil.....	83
4.1.1. A limitação do critério do produto líquido.....	87
4.1.2. A limitação da “market income” (ou “proventos”).....	88
4.2. Acréscimos gratuitos e o típico Imposto de Renda na legislação.....	91
5. Conclusão.....	95
 Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse – Setor de Aca-	
demias e Eventos Esportivos – Benefício Fiscal Condicionado e com Prazo De-	
terminado – Impossibilidade Jurídica de Restrição de seus Efeitos – Questões	
Conexas.....	97
Roque Antonio Carrazza	
1. Introdução.....	97
2. Os benefícios fiscais.....	99
3. O significado e o alcance do art. 111, II, do CTN, e o modo de serem interpre-	
tados e aplicados os benefícios fiscais.....	101
4. Reequacionamento do problema e encaminhamento de sua solução jurídica	110
5. Anotações finais.....	115
 A Vedação de Vinculação de Impostos a Fundos (Art. 167 da Constituição Federal)	119
Tercio Sampaio Ferraz Junior	
1. Do princípio da não afetação da receita.....	119
2. Fundos de qualquer natureza.....	122
3. Da vinculação de ICMS a fundo em lei estadual.....	124
4. Isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa.....	126
PARTE III	
METODOLOGIA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO	
 Planejamento Tributário por Intermédio de Operações de <i>Drop Down</i>: Limites	
Normativos.....	131
Caio Augusto Takano	
Considerações propedêuticas.....	131
1. A operação de <i>drop down</i> e seus traços típicos.....	133
2. Planejamento tributário por intermédio do <i>drop down</i> na tributação da renda.	135
3. Planejamento tributário por intermédio do <i>drop down</i> no ICMS.....	137
Conclusão.....	140
 A Insolúvel Contradição das Cláusulas Gerais e o Combate ao Planejamento	
Tributário Internacional.....	141
Clara Gomes Moreira / Tiago Coster	

I. Introdução.....	141
I.1. Delimitação do escopo deste estudo.....	142
1. Reflexões sobre um princípio geral antiabuso no âmbito das normas de direito internacional.....	143
2. Planejamento tributário agressivo.....	146
3. Teste do objetivo principal.....	147
4. O princípio geral antiabuso europeu e a ATAD.....	149
5. O Pillar Two e o imposto mínimo global.....	153
II. Conclusão: um princípio antiabuso global?.....	155
O Controle de Normas Tributárias Extrafiscais.....	157
Martha Leão	
Considerações introdutórias.....	157
1. O programa de incentivo para compra de veículos enquanto norma tributária indutora.....	159
2. O controle de validade e de efeitos das normas tributárias indutoras.....	161
3. A desproporcionalidade do programa de incentivo para compra de veículos..	165
Conclusões.....	169
Fundamentos Constitucionais do Dever de Observância das Decisões do Poder Judiciário pelos Tribunais Administrativos.....	171
Pedro Adamy	
Sobre esta merecida homenagem.....	171
I. Introdução.....	172
II. Segurança jurídica.....	172
III. Legalidade.....	173
IV. Igualdade.....	175
V. Eficiência.....	176
VI. Um exemplo concreto: o Decreto n. 2.346/1997.....	178
VII. Conclusão.....	178
A Distribuição de Lucro <i>in Natura</i> entre Fundos de Investimento Imobiliário.....	181
Ricardo Lacaz Martins / Patricia Martinuzzo	
1. Introdução.....	181
2. O pagamento de lucro <i>in natura</i> por FII.....	181
2.1. A possibilidade de distribuição de lucro <i>in natura</i> em geral.....	181
2.2. A possibilidade de distribuição de lucro <i>in natura</i> por FII.....	184
3. O recebimento de lucro <i>in natura</i> por FII.....	188
3.1. O regime de caixa em geral.....	188
3.2. O regime de caixa de apuração do lucro mínimo distribuível por um FII	192
4. Conclusão.....	195
Tributação de Operações envolvendo <i>Trusts</i> no Brasil: Análise Crítica do Posicionamento das Autoridades Fiscais.....	197
Rodrigo Maito da Silveira	
I. Introdução.....	197
II. Considerações gerais sobre os aspectos tributários relacionados às operações envolvendo <i>trusts</i>	199

II.1. Tributos potencialmente aplicáveis	202
II.2. Definição de quem é o contribuinte.....	203
III. Possível aplicação de tributos brasileiros a operações relacionadas a <i>trusts</i>	204
IV. Solução de Consulta Cosit n. 41/2020.....	207
V. Resposta a Consulta Sefaz/SP n. 2.543/2022.....	208
VI. Considerações finais	209

PARTE IV TEORIA GERAL DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Direito e Poder na Relação Jurídica Tributária.....	213
André Folloni	
Reasoning by Analogy in Tax Law: a Dialogue with Professor Luís Eduardo Schoueri.....	221
Daniel Gutmann	
1. Definition of reasoning by analogy	222
2. Analogy and fundamental principles.....	224
2.1. The “classical” approach of the debate.....	224
2.1.1. Analogy and equality.....	224
2.1.2. Equality vs legality	225
2.2. A more “modern” approach of the debate	226
2.2.1. Analogy vs legal certainty	227
2.2.2. Analogy and constitutional review based on the equality principle	228
3. Overview of the French approach.....	229
3.1. Approach taken by the French tax authorities	229
3.2. Court practice.....	230
4. Brief conclusion.....	233
Tributação de Acordo com a Lei	235
Fernando Aurelio Zilveti	
1. Introdução	235
2. Reserva legal.....	237
2.1. Norma tributária e positivismo	237
2.2. Norma tributária e unidade do direito	239
3. Tipo.....	243
4. Conceito.....	247
5. Existe, afinal, uma polêmica entre tipo e conceito?.....	249
A Mudança de Critério Jurídico Prevista no Art. 146 do CTN: Lançamento Seguente ou Fato Gerador Posterior?.....	253
Guilherme Galdino / Renan Baleeiro	
Introdução	253
1. Da posição de Rubens Gomes de Sousa antes dos Trabalhos da Comissão Especial e as respectivas influências	255
1.1. Da posição de Rubens Gomes de Sousa na década de 1940.....	256
1.2. Das influências de Costa Manso e Tullio Ascarelli	258

2. Das influências na elaboração do art. 146 do CTN citadas no Relatório dos Trabalhos da Comissão Especial	260
2.1. Da influência da legislação e da jurisprudência nacionais	260
2.2. Da influência suíça: a jurisprudência relatada por Pierre Verrey.....	262
2.3. Da influência argentina	264
3. Do “lançamento seguinte” ao “fato gerador posterior”	266
3.1. Do art. 172 do Anteprojeto: o foco no “lançamento seguinte”	267
3.2. Do art. 109 do Projeto: o foco no “fato gerador posterior”	268
3.3. Do art. 146 do CTN: a manutenção do foco no “fato gerador posterior”..	270
3.3.1. Do argumento genético: a prevalência da sugestão de Ulhôa Canto	272
3.3.2. Do argumento teleológico: a proteção da confiança.....	273
3.3.3. Dos argumentos de coerência e isonomia: a proteção da confiança concreta e individual.....	275
Conclusão.....	276
Controles Instrumental e Justificativo da Extrafiscalidade	279
Humberto Ávila	
Introdução	279
1. Controle instrumental	281
1.1. Definição de “fim”	281
1.2. Fins internos e fins externos	282
1.3. Fins como eventos, estados ou processos.....	283
1.4. Promoção satisfatória e máxima dos fins	284
1.5. Controles fraco, médio e forte dos fins	285
1.6. Controles prévio e posterior dos fins.....	286
2. Controle justificativo	287
2.1. Densidade semântica dos fins	287
2.2. Raciocínios relativos aos fins.....	288
2.3. Comprovação dos fins.....	290
Conclusão.....	290
La Expansión del “Soft Law” en el Derecho Tributario	293
Juan Zornoza Pérez	
1. Introducción.....	293
2. El significado de los Códigos de buenas prácticas tributarias	296
3. El recurso al “soft law” en el ámbito de la Unión Europea	298
4. El empleo del “soft law” a efectos pretendidamente interpretativos: el ejemplo del Modelo de Convenio de la OCDE y sus Comentarios.....	302
5. Conclusión.....	309
Os Papéis da Lei Complementar Tributária no Desenho Federativo Brasileiro....	311
Valter de Souza Lobato	
1. Introdução.....	311
2. Funções da lei complementar tributária	313
2.1. Funções genéricas	313
2.1.1. Estabelecer normas gerais	313

2.1.2. Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.....	318
2.1.3. Dispor sobre conflitos de competência.....	319
2.2. Função tópica: fazer atuar certos ditames constitucionais	322
3. Considerações finais e reflexões para o futuro	323

PARTE V TRIBUTAÇÃO DIRETA

A Tributação da Renda sobre os Atos Ilícitos e as Sanções Pecuniárias.....	327
---	------------

Alexandre Naoki Nishioka / Juliana Ferretti Lomba

1. Tributo ao Professor Luís Eduardo Schoueri	327
2. A tributação da renda sobre o ato ilícito: contexto recente.....	327
3. ● conceito de renda.....	327
4. A renda líquida como princípio informador do Imposto de Renda.....	329
5. Dedutibilidade e a base de cálculo do imposto sobre a renda	331
6. <i>Pecunia non olet</i> : a tributação de atos ilícitos	335
7. Dedutibilidade de custos e despesas decorrentes de atos ilícitos e de sanções pecuniárias	337
8. Conclusões.....	338

Ganhos e Perdas com a Adoção dos IFRS: o Caso da Metodologia de Equivalência Patrimonial e sua Utilidade para Fins Fiscais nos Dias de Hoje	339
--	------------

Elidie Palma Bifano / Bruno Fajersztajn

1. Introdução ao tema.....	339
2. Breve histórico do instituto MEP	341
2.1. Introdução do MEP no Brasil.....	341
2.2. Discutindo os reflexos fiscais: período anterior à edição das novas práticas contábeis (Lei n. 11.938/2007)	344
2.3. Leis n. 11.638/2007 e n. 12.973/2014: as novas práticas contábeis e os tributos	346
3. Mas, afinal, o IFRS utiliza o MEP?	349
4. Qual seria o fruto da eliminação do MEP, para fins fiscais?	351

O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas sobre Ganhos Líquidos Obtidos em Bolsa: o Caráter Definitivo da Incidência de 15%.....	355
--	------------

Paulo Victor Vieira da Rocha

Introdução	355
1. A ilegalidade do art. 70 da IN RFB n. 1.585/2015 de acordo com o plano literal.....	357
2. A falta de lógica da interpretação que resulta em uma “antecipação de outra antecipação”	361
3. A negativa de eficácia aos propósitos do legislador histórico	366
4. A justificação de regramentos extrafiscais na dogmática dos direitos fundamentais.....	367
Conclusões	372

O Mito do Lucro Real	375
-----------------------------------	------------

Ricardo Mariz de Oliveira

1. Introdução.....	375
--------------------	-----

2. Considerações em torno do tema.....	375
3. O pensamento de Luís Eduardo Schoueri no seu artigo.....	387
4. À guisa de conclusão.....	391

PARTE VI TRIBUTAÇÃO INDIRETA

Nossa Reforma Tributária: PEC 45/2019.....	397
---	------------

Eurico Marcos Diniz de Santi

Introdução	397
1. Distorções da tributação de bens e serviços no Brasil	399
1.1. Como funciona o IVA?	399
1.2. Problemas do modelo brasileiro	399
2. Dificuldade de migrar do modelo atual para o IVA	401
3. A proposta do Centro de Cidadania Fiscal	402
3.1. Características básicas do IBS	403
3.2. Transição para as empresas	403
3.3. Alíquotas, isenções e regimes especiais	405
3.4. Extrafiscalidade	405
3.5. Competência dos estados e municípios e repartição de receitas	407
3.6. Formação da alíquota do IBS	409
3.7. Interação com o Simples Nacional	411
3.8. Legislação	412
3.9. Administração do imposto e contencioso	413
3.10. Imposto seletivo	413
4. Comentários finais	413

As Contradições da Tributação Indireta no Brasil.....	415
--	------------

Hugo de Brito Machado Segundo

Introdução	415
1. O que é um tributo indireto?.....	415
2. Incoerência na repetição do indébito	417
3. Inadimplência do adquirente, consumidor final	419
4. Inadimplência do contribuinte, junto ao Fisco	420
5. O que essa incoerência é capaz de revelar?.....	421
Considerações finais	422

Fundamentos e Impactos da Adoção do Princípio do Destino na Tributação do Consumo no Brasil.....	423
---	------------

Leonardo Aguirra de Andrade

Introdução	423
1. Cenário brasileiro de primazia do princípio da origem	424
2. Fundamentos da adoção do princípio do destino.....	427
2.1. Capacidade contributiva, materialidade do fato gerador e definição de competência tributária.....	429
2.2. Neutralidade fiscal.....	434
2.3. Combate às desigualdades regionais	437
3. Impactos da adoção do princípio do destino no Brasil	438

3.1. Vantagens.....	439
3.2. Desvantagens.....	440
Conclusões.....	442
Caminhos para a Neutralidade dos IVAs no Brasil: a Necessidade de Revisão do Crédito Físico à Luz dos Precedentes do STF.....	445
Misabel Abreu Machado Derzi / André Mendes Moreira	
Proêmio.....	445
1. O Imposto de Consumo: alvorecer do IVA brasileiro.....	448
2. O STF e a não cumulatividade no Imposto de Consumo.....	449
3. Imposto sobre Produtos Industrializados.....	451
3.1. O cenário normativo.....	451
3.2. O <i>leading case</i> no STF.....	452
3.3. Os acontecimentos subsequentes.....	454
Conclusão.....	455
Tributação sobre o Consumo e a Definição de seu Contribuinte: Exemplos do Destinatário no Sistema Vigente.....	457
Salvador Cândido Brandão Junior	
1. Destinatário das operações como contribuinte do IOF.....	458
2. Consumidor final como contribuinte do ICMS nas operações interestaduais.	461
Considerações finais.....	464

PARTE VII

DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL

Tomando en Serio las Palabras y las Finalidades de la Ley. A Propósito del Teletrabajo y los Establecimientos Permanentes.....	469
Andrés Báez Moreno	
I. Introducción: finalidad y estructura de este trabajo.....	469
II. La “solución” del problema del <i>Home Office</i> como EP en los Comentarios al Convenio Modelo de la OCDE: un inmenso error metodológico.....	471
II.1. Los Comentarios minusvaloran la importancia cuantitativa y cualitativa del fenómeno del teletrabajo.....	472
II.2. Los Comentarios incurrir en errores jurídicos relevantes.....	476
a) La confusión entre las distintas notas normativas del concepto de Establecimiento Permanente: la fijeza y la disponibilidad del EP.....	476
b) El criterio de la disponibilidad del EP carece de sustento normativo, se concreta de manera irracional en los Comentarios y plantea notables problemas de aplicación práctica.....	477
III. Los términos del artículo 5(1) del CMOCDE, la finalidad de los Establecimientos Permanentes y las <i>Home Offices</i> : una interpretación alternativa.....	481
III.1. Un <i>Home Office</i> es un “lugar de negocios” cuya fijeza puede plantear dudas interpretativas.....	481
III.2. Un <i>Home Office</i> es un lugar de negocios “fijo” pues en él pueden desarrollarse todos los procedimientos de control que requiere la tributación de un no residente con EP.....	484
IV. Conclusión.....	485

O Controle de Preços de Transferência na Lei n. 14.596, de 2023: entre Conceitos Indeterminados e Discricionariedade.....	487
Fabiana Carsoni Fernandes	
1. Introdução.....	487
2. A discricionariedade e os conceitos indeterminados no direito administrativo, em geral, no direito tributário, em particular, e na legislação de preços de transferência, em específico	491
3. Os conceitos indeterminados e a discricionariedade no delineamento da transação, na análise de comparabilidade e na seleção do método mais apropriado	496
4. A experiência internacional e os limites encontrados na Lei n. 14.596	503
5. Conclusões	506
Ainda o Caso Volvo e a Questão da não Discriminação nos Acordos Internacionais para evitar a Dupla Tributação	509
João Francisco Bianco	
Manifesto por Preços de Transferência em Conformidade com a Constituição: “Opções Realisticamente Disponíveis” e a “Suave Perda da Liberdade”	515
Luís Flávio Neto	
1. “ORA”, “ORA”, “ORA”, então agora, sem demora, abandonamos a Constituição tão cara outrora, inebriados por um novo “princípio” da última hora?	515
2. A nova sistemática de preços de transferência e as opções realisticamente disponíveis (teste “ORA”)	517
2.1. <i>Options Realistically Available</i> – ORA: outras alternativas realisticamente disponíveis?	518
3. A edificação do “Princípio Arm’s Length” no sistema jurídico brasileiro: testando a constitucionalidade do teste ORA	521
3.1. A proibição de tributos com recurso à analogia	521
3.2. Igualdade, segurança jurídica, legalidade, razoabilidade e proporcionalidade	523
3.3. Discricionariedade e arbítrio: controle de acesso ao teste ORA e de suas consequências.....	525
4. Considerações finais, para um debate que se inicia	527
Procedimento Amigável em Caso de Bitributação Devido a Diferentes Constatções Fáticas em Ambos os Países – uma Questão em Aberto	529
Michael Lang	
1. Direito tributário internacional e segurança jurídica	529
2. Direito interno em matéria de apuração de fatos	529
3. Acordos de bitributação e autonomia processual dos Estados contratantes.....	532
4. Consequências para o procedimento amigável	534
Preços de Transferência e a Relevante Contribuição Doutrinária de Luís Eduardo Schoueri	535
Paulo Ayres Barreto	
1. Legislação sobre preços de transferência no tempo	535
2. Preços de transferência e o padrão <i>arm’s length</i>	536

3. O deletério uso de instruções normativas para desbordar o limite legal	540
4. Impressões iniciais sobre o novo regramento dos preços de transferência, na Lei n. 14.596/2023	541
5. Conclusão	542
O Comportamento comercialmente Racional e as Opções realisticamente Disponíveis no Controle dos Preços de Transferência	543
Ramon Tomazela / Andressa Pegoraro	
1. Introdução	543
2. O delineamento da transação para fins de controle de preços de transferência	543
3. A análise das opções realisticamente disponíveis	544
4. O comportamento economicamente racional nas Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE	546
5. O comportamento economicamente racional e a análise das opções realisticamente disponíveis no discurso jurídico	548
6. Críticas ao comportamento comercialmente racional	549
7. A impossibilidade de precificação segundo o padrão <i>arm's length</i> como pressuposto para a desconsideração ou requalificação	551
8. Opções não disponíveis	552
9. Casos da experiência internacional	553
9.1. Caso Peugeot-Citroen	553
9.2. Caso Hess Noruega	555
9.3. Caso Sona Okegawa	557
10. Mecanismos de avaliação das opções realisticamente disponíveis	558
11. Comentários finais	559
Why is there no US-Brazil Tax Treaty?	561
Reuven Avi-Yonah	
1. Introduction	561
2. The traditional view	561
3. Why the traditional view was wrong	562
4. TCJA: exemption	562
5. TCJA: GILTI and cross crediting	563
6. Conclusion: why should Latin American countries enter into tax treaties with the United States after TCJA?	564
O Conceito de “Residência” em Matéria Tributária	565
Ricardo Maitto da Silveira	
I. Introdução	565
II. As várias acepções de “residência” e sua correlação com o direito tributário ..	566
III. Residência fiscal: aquisição e perda do status no Direito Brasileiro	569
IV. Erosão de base tributável e a revisão do conceito de “residência fiscal” no direito tributário internacional	573
V. Considerações finais	575

As “Opções realisticamente Disponíveis” na Legislação de Preços de Transferência.....	577
Roberto Codorniz Leite Pereira	
Introdução	577
1. As opções realisticamente disponíveis nas TGP da OCDE	578
1.1. Breves apontamentos históricos	578
1.2. Análise de comparabilidade	581
1.3. Reconhecimento da transação	584
1.4. Precificação da transação	587
1.4.1. Transações com intangíveis	587
1.4.2. Reorganizações de negócios	588
2. O conceito de opções realisticamente disponíveis	589
2.1. A estrutura lógica da norma: insegurança jurídica e <i>arm’s length standard</i>	589
2.2. Os conceitos de “opções” e “realisticamente disponíveis”	591
2.3. Teorias econômicas que auxiliam na identificação das opções realistica- mente disponíveis	592
2.3.1. Orçamento de capital e Valor Presente Líquido	593
2.3.2. Custo de oportunidade e poder de barganha.....	593
2.3.3. Teoria dos jogos e BATNA.....	594
2.3.4. Análise de risco e opções reais	595
3. Análise crítica das opções realisticamente disponíveis e os desafios de adequa- ção do Direito Tributário Brasileiro.....	596
3.1. A vedação à analogia no Direito Tributário Brasileiro (art. 108 do CTN)	596
3.2. O risco de requalificação de transações para além de preços de transfe- rência	597
4. Conclusões.....	598
Extensão e Limites do Princípio <i>Arm’s Length</i>: Utilização de Outros Métodos de Preços de Transferência	601
Victor Polizelli	
1. Definição, extensão e limites do princípio <i>arm’s length</i>	603
1.1. Origem histórica do princípio <i>arm’s length</i>	603
1.2. Adoção do princípio <i>arm’s length</i> na legislação brasileira (anterior e atual)	607
1.3. Conteúdo do princípio <i>arm’s length</i> e seus limites	609
2. Aplicação prática do princípio <i>arm’s length</i>	611
2.1. O emprego de margens fixas como expressão do método <i>arm’s length</i>	611
2.2. Utilização de outros métodos para fins de preços de transferência	613